

## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

**Maria Victória Pasquoto de Freitas<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Advogada, Mestranda em Direito com Bolsa Proscap Capes Modalidade II na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Bacharel em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP), integrante do Grupo de Estudos Direito, Cidadania e Políticas Públicas da UNISC e do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes (GEDIHCA) da URCAMP. Endereço eletrônico: victoriapasquoto@hotmail.com.

227

**Francesca Rosa dos Santos<sup>2</sup>**

<sup>2</sup>Acadêmica do 10º Semestre do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP/Bagé e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes (GEDIHCA) da URCAMP. Endereço eletrônico: francescarsantos@outlook.com.br.

**RESUMO:** A presente pesquisa trata da gravidez na adolescência como um problema de saúde pública no Brasil, a partir da percepção dos riscos de saúde para a adolescente e o bebê e dos prejuízos da reprodução precoce para o desenvolvimento das meninas. O questionamento que norteia a pesquisa consiste em verificar: “Quais as políticas públicas existentes para a prevenção da gravidez na adolescência?”. O objetivo geral é analisar a gravidez na adolescência como um problema de saúde pública no Brasil, através da exposição de dados, e o objetivo específico é verificar as políticas públicas e econômicas voltadas as adolescentes e as meninas-mães. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de uma premissa geral, da gravidez na adolescência como um problema de saúde pública, até uma premissa específica, que é a análise de políticas públicas necessárias para prevenir a reprodução precoce de meninas. Foi empregado o procedimento monográfico e a técnica de pesquisa de documentação indireta, por meio da análise bibliográfica e documental. Preliminarmente, verifica-se que os números de meninas-mães e grávidas são alarmantes, sendo preciso um especial direcionamento das políticas públicas não apenas na perspectiva nacional, mas descentralizadas nos âmbitos municipal e estadual, para que haja maior divulgação, nos diversos contextos sócio-familiares, sobre as formas de prevenção da gravidez precoce e um real acolhimento das meninas-mães.

Palavras-chave: Adolescência; Gravidez na adolescência; Políticas públicas; Saúde pública.

### INTRODUÇÃO

A reprodução precoce como um problema de saúde pública, surgiu após a mudança de papel social da menina e da mulher, que se deslocaram de donas de casa, esposas e mães, para figuras trabalhadoras, independentes e com poucos filhos. A problematização da gravidez, também se deu a partir do advento do anticoncepcional, tornando a reprodução, um planejamento familiar.

Além da alteração expectativas sociais em relação as mulheres, o avanço da medicina corroborou para a concepção da gravidez precoce como um

problema, pelos riscos de saúde que envolvem a adolescente e o bebê, pelo fato de que o corpo de adolescentes pode não estar preparado para gerir um ser.

Assim, a gravidez na adolescência como um problema de saúde pública, deve ser enfrentado por políticas públicas que visem a prevenção e a conscientização, e políticas emancipadoras que incentivem as meninas a reinserir-se nos ambientes educacionais e laborais, para que o ciclo de reproduções precoces seja findado e as mulheres tenham a possibilidade de desenvolverem-se e almejem mais oportunidades sociais.

228

## **METODOLOGIA**

Para realização da pesquisa utilizar-se-á o método dedutivo, partindo de premissas gerais da adolescência, encaminhando-se ao tema específico das políticas públicas necessárias para prevenção da gravidez precoce; o método de procedimento será monográfico com técnicas de pesquisa de documentação indireta, através da pesquisa documental e bibliográfica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A gravidez na adolescência sofreu uma quebra paradigmática entre o final do século XX e início do século XXI, e o que era considerado fato natural passou à constituir um problema de saúde pública. O Brasil lidera o ranking de países da América Latina com maior número de gravidez precoce, 62 meninas entre 15 e 19 anos em um grupo de mil (ONU BRASIL, 2018), tornam-se, repentinamente, mães, abandonando, na maioria das vezes, o âmbito educacional e laboral, reproduzindo um ciclo de pobreza e tornando-se uma figura submissa na família.

Contudo, apesar da inclusão feminina no mercado de trabalho e da existência de anticoncepcionais, milhares de meninas não tem acesso a informação correta e aos medicamentos de prevenção, dada a precariedade de diversos postos de saúde. Além disso, no Brasil ainda existem tabus quanto a

sexualidade e a reprodução humana, o que interfere na atuação dos profissionais da saúde e da educação, que são severamente criticados por realizar oficinas de educação sexual.

Segundo dados das Nações Unidas nascem por ano catorze milhões de crianças advindas de gestações no período da adolescência, calcula-se que desse número cerca de dois milhões são originadas na América Latina e Caribe (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

No Brasil, um em cada cinco nascimentos decorre de gestações na adolescência, o Ministério da Saúde avalia que, aproximadamente, 66% não são planejadas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019).

Por isso, a gravidez na adolescência deve ser enfrentada, não apenas como um fenômeno social, mas também um problema de saúde pública, acarretando riscos à saúde da adolescente e do bebê, como prematuridade, baixo peso, dificuldades na amamentação, entre outros (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019).

Os fatores biológicos ficam ainda mais agravados diante dos fatores sociais que cercam o tema, tais como a não aceitação familiar e o abandono pelo parceiro, devendo existir especial direcionamento de políticas públicas para o enfrentamento e prevenção da gravidez na adolescência, abordando além do contexto familiar, o escolar e de toda comunidade.

Em qualquer dos casos, as iniciativas devem ocorrer de forma articulada, na perspectiva da proteção integral, por meio do atendimento e acolhimento adequado para as meninas, adolescentes e jovens mulheres em relação às suas demandas carências, bem como aos seus planos e expectativas de vida (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019).

Uma importante medida para divulgar o uso de métodos contraceptivos e assim prevenir a ocorrência de gestações foi a instituição pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2019). Além

dos mecanismos adotados a nível nacional, necessária atuação ativa dos municípios e estados, criando, por exemplo, informativos destinados ao público infantil e adolescente que versem sobre sexualidade, evitando a disseminação de mitos sobre o tema, como o “Guia de Educação Integral em Sexualidade entre Jovens: Cá entre Nós”, da prefeitura de São Paulo (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2012).

230

A repetição da maternidade na adolescência é uma questão que merece um olhar mais preocupado das ações governamentais, pois presume a existência de intervalos gestacionais curtos que não são recomendáveis para a saúde da gestante e bebê, assim como a possível perda de oportunidades profissionais, pois direcionada a atenção para cuidados gestacionais e com os bebês, de forma que “todas as adolescentes necessitam de atenção integral à saúde, incluindo orientação reprodutiva, principalmente aquelas de maior risco, como as que já engravidaram uma vez” (MELHADO et al, 2008).

A falta de informação associada a ausência de diálogo familiar, faz com que adolescentes exerçam a sexualidade de forma insegura e inconsequente, o que resulta, por vezes, em uma gravidez inesperada. É importante mencionar que a gravidez na adolescência é culturalmente associada somente a menina, e o papel do homem fica invisibilizado, por isso milhares de meninas, além de tornarem-se mães solo, não contam com apoio material e afetivo do pai da criança, o que assevera a situação e faz com que as adolescentes abandonem a escola e o trabalho, perpetuando a situação de pobreza.

## CONCLUSÃO

Como conclusão prévia, a pesquisa demonstrou haverem diversas precariedades nas políticas públicas brasileiras, seja por carência de investimentos ou por negligência do poder público quanto a problemática da gravidez na adolescência, o estudo também verificou que ainda há

predominância do pensamento conservador nas políticas, não promovendo ações que visem informar sobre educação sexual com os adolescentes, o que corrobora com relações sexuais inseguras por conta do desconhecimento de métodos preventivos e contraceptivos.

231

## REFERÊNCIAS

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Fecundidade e maternidade adolescente no Cone Sul: Anotações para a construção de uma agenda comum**. 2016. Disponível em: <[https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/fecundidade\\_maternidade\\_adolescente\\_conesul\\_0.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/fecundidade_maternidade_adolescente_conesul_0.pdf)> . Acesso em: 3 set. 2020.

MELHADO, Amanda et al. **Gravidez na adolescência: apoia integral à gestante e à mãe adolescente como fator de proteção da reincidência**. Departamento de Pediatria da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, v. 5, n. 2, jul. 2008. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v5n2a09.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Gravidez na adolescência: impacto na vida das famílias e das adolescentes e jovens mulheres**. 2019. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Informativo%20Gravidez%20adolesc%C3%Aancia%20final.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2020.

ONU BRASIL. **Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/>>. Acesso em: 4 set. 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Cá entre nós: guia de educação integral em sexualidade entre jovens**. 2012. Disponível em: <[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/ca\\_entre\\_nos\\_unesco\\_2012.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unesco/ca_entre_nos_unesco_2012.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2020

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Prevenção da gravidez na adolescência**. 2019. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Adolescencia\\_-\\_21621c-GPA\\_\\_Prevencao\\_Gravidez\\_Adolescencia.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Adolescencia_-_21621c-GPA__Prevencao_Gravidez_Adolescencia.pdf)>. Acesso em: 4 set. 2020.

